



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA 2012-2015

EXERCÍCIO 2012

Belém - Pará
Março / 2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

1.1 Acesso ao Sistema de Justiça.....	4
1.2 Eficiência Operacional.....	8
1.3 Infraestrutura e Tecnologia da Informação.....	12
1.4 Atuação Institucional.....	16
1.5 Gestão de Pessoas.....	19
1.6 Responsabilidade Social.....	24
1.7 Gerenciamento e Controle da Arrecadação das receitas do FRJ.....	28

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta a avaliação resumida dos resultados dos principais Programas do PPA 2012-2015 – Exercício 2012 do Poder Judiciário, conforme estabelece a Lei n.º 7.595/2011. Cabe ressaltar que as ações previstas no Plano encontram-se alinhadas ao Planejamento Estratégico 2010-2014 e ao Plano de Gestão do Biênio 2011-2012 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE).

Em 2012, o Poder Judiciário alavancou o processo de modernização e fortalecimento da capacidade de gestão, no sentido de cumprir a missão institucional de realizar a justiça na busca da excelência jurisdicional, com vistas a contribuir para o efetivo fortalecimento do estado democrático de direito.

O valor total orçamentário executado, em 2012, nos 10 Programas do PPA 2012-2015 sob a responsabilidade do TJE foi de R\$ 669.689.145,34, (Seiscentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), o equivalente a 87,49% da dotação atualizada.

Desse total, 07 (sete) Programas são finalísticos, tendo sido aplicado o montante de R\$ 191,3 milhões, o que representa 70,37% do total disponível inicialmente, conforme quadro abaixo:

PROGRAMA	Valor em R\$ 1.000,00		%
	Dotação Atualizada (a)	Liquidado (b)	c= (b÷a)
Acesso ao Sistema da Justiça	840,35	23,34	2,78
Eficiência Operacional	168.894,84	142.347,23	84,28
Infraestrutura e Tecnologia da Informação	81.329,45	37.483,87	46,09
Atuação Institucional	1.247,38	133,48	10,70
Gestão de Pessoas	17.581,95	10.485,74	59,64
Responsabilidade Social	744,47	188,38	25,30
Gerenciamento e Controle da Arrecadação das Receitas do FRJ	1.242,80	655,02	52,71
TOTAL	271.881,24	191.317,06	70,37

Fonte: Sistema GP Pará/ Coordenadoria de Orçamento do TJE

Programa: ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

Órgão Responsável: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Órgão Executor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Objetivo: Garantir o acesso à justiça e a efetividade do cumprimento das decisões judiciais

Público Alvo: População do Estado do Pará.

Principais Resultados do Programa

1. 689,62% de alcance da meta estimada para os Acordos Homologados na justiça;
2. Total de acordos homologados 18.106, sendo, 4.443 acordos realizados durante a Semana de Conciliação;
3. Foram homologados R\$ 5,3 milhões em acordos durante a Semana de Conciliação;
4. Resultado de 173.201 atendimentos especializados, em 2012;
5. Alcance de meta de 312,83% para os Conflitos Fundiários Pacificados.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000.00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Conciliação com a Justiça	376	5,5	1,5	Acordo Realizado/Un	2.293	18.106	689,62

Análise: A ação Conciliação com a Justiça faz parte dos projetos emblemáticos do plano de gestão do biênio 2011-2012. A partir dessa ação foram contabilizados 18.106 acordos realizados um alcance da meta estimada de 689,62%. Desse total, 4.443 acordos foram homologados quando da realização da Semana de Conciliação, um dos maiores eventos realizados para dar celeridade à solução de conflitos. Durante a Semana de Conciliação, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é realizada a seleção de processos com a possibilidade de acordo e providenciado a intimação das partes envolvidas de forma a viabilizar a solução do conflito.

Esse evento tem como principal objetivo promover a solução pacífica dos litígios por intermédio da conciliação. As conciliações realizadas durante a semana são essencialmente as chamadas processuais, isto é, os respectivos processos já estavam em trâmite na Justiça. No entanto, também são promovidas as conciliações pré-processuais ou informais, ocorridas antes do processo ser instaurado e onde o próprio interessado busca a solução do conflito com o auxílio de conciliadores e/ou Juízes de Direito.

No evento foram realizadas 9.996 audiências públicas conduzidas por magistrados, juízes leigos, conciliadores e colaboradores, no atendimento de 16.115 pessoas um acréscimo de 13,5% em relação ao evento realizado em ano anterior. Merecem destaque os acordos homologados nos 106 municípios do Pará com meta alcançada de 2.234 acordos. Importante ressaltar que a ação Conciliação com a Justiça não se restringe apenas ao evento da semana de conciliação, mas sim durante todo o ano com vistas a tornar mais célere e efetiva a prestação jurisdicional, além de promover a cultura da paz.

(*) valor liquidado

Concretizar a Justiça Especializada	243	4,0	1,7	Pessoa Atendida/Un	27.406	173.201	531,98
<p>Análise: Essa ação alcançou 531,98% em número de pessoas atendidas com a justiça especializada. No total, foram 173.201 pessoas, gerando um montante de R\$ 4,0 mil no ano de 2012. Com o objetivo de proporcionar agilidade e aumento no número de atendimento especializado foi realizado em 07 municípios paraenses, com atendimento especializado nas Varas da Infância e Juventude; da Família; de Crimes contra Crianças e Adolescentes; do Juizado Especial Penal Ambiental; Juizado Especial Cível e Criminal do Idoso, entre outros.</p>							
Implementação do Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários	26,6	0,978	3,7	Conflito Pacificado/Un	374	1.170	312,83
<p>Análise: Essa Ação é outro projeto estratégico do plano de gestão do biênio 2011-2012 que tem como objetivo articular ações de prevenção, pacificação e solução de conflitos fundiários no meio urbano e rural. Em 2012, a execução foi concretizada por meio de ações de prevenção e solução nas disputas que envolvam a posse da terra com base na conciliação e mediação. O atingimento da meta foi de 1.170 conflitos pacificados com um percentual de 312,83% da meta estimada. Isto reflete a eficácia das ações para instrução e julgamentos de ações penais destacadas como decorrentes de conflito no campo, sessões de julgamento pelo Tribunal do Júri dos referidos procedimentos e prolação de sentenças, entre outras. A Ação de sentença fundiária proferida ocorreu por meio do Juizado Especial Criminal, Vara Agrária, Juizado Especial Ambiental em 20 municípios paraense. Com destaque para Marabá (287), Castanhal (209) e Redenção (195). Nessa Ação foram aplicados R\$ 978,91 com uma execução de 3,7% do valor inicialmente programado para aplicar em número de sentenças fundiárias proferidas.</p>							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
840,35	840,35	840,35	23,34	2,7	-

Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 2,7% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor inicial de R\$ 840,35 mil não houve suplementação e o montante final aplicado foi de apenas R\$ 23,34 mil.

Os resultados apresentados neste Status são de dados orçamentários financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Índice de Resolutividade de Ações de Conflito Fundiário Urbano e Rural	Estatística do TJE	ND	ND	10%	10%	15%	15%	24%

Análise: O indicador apresenta a resolutividade das ações de conflitos fundiários, sendo em média, 10% ano o alcance da meta. Em 2012 as ações de pacificação de conflito fundiário ficaram em 13% acima do esperado para o mesmo período, o que representa um avanço muito bom nas ações articuladas de prevenção e solução nas disputas que envolva posse de terra, por meio da conciliação e mediação.

Número de Pessoas com Acesso a Justiça	Estatística do TJE	2010	278 Mil pessoas	306 mil pessoas	322 mil pessoas	337 mil pessoas	355 mil pessoas	438 mil pessoas
--	--------------------	------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

Análise: Mede a eficiência do acesso das pessoas a Justiça. Nesse, ano de 2012, o indicador registrou incremento de 43% de alcance entre os resultados apurados e os estimados para 2012. O número de pessoas com acesso a justiça alcançou 438.000 pessoas.

Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	Estatística do TJE	2010	68,84%	59%	56%	53%	51%	83%
--	--------------------	------	--------	-----	-----	-----	-----	-----

Análise: Este indicador mede a eficiência na prestação jurisdicional. Mede em termos proporcionais o volume de processos ainda passíveis de julgamento, na fase de execução. O indicador sinaliza a agilidade na prestação jurisdicional. Em 2012 o percentual apurado foi de 83%, ou seja, do total de processos judiciais baixados no ano em relação ao somatório dos casos novos no ano em análise e os casos pendentes do ano anterior. A meta apresentou acréscimo de 15% para a taxa de congestionamento na fase de execução em relação ao apurado e o esperado em 2012. Este número demonstra um resultado insatisfatório, pois quanto menor o resultado melhor o desempenho.

Análise Quanto à Concepção do Programa

A estratégia de concepção do Programa se originou da necessidade de facilitar o acesso dos cidadãos à justiça e promover a solução de conflitos fundiários urbanos e rurais, além de garantir a documentação e agilização dos trâmites judiciais, com a modernização dos Cartórios de Registros de Imóveis.

Análise Quanto à Implementação do Programa

A Estratégia de implementação surgiu com base de universalizar o atendimento à justiça e garantir uma equidade no atendimento às demandas da sociedade que clamam por justiça, com isso possibilitar o acesso ágil, célere aos órgãos jurisdicionados.

O Programa tem como objetivo garantir o acesso à justiça e a efetividade do cumprimento das decisões judiciais. O Programa é constituído por 05 (cinco) ações orçamentárias, dentre elas 02 (duas) são consideradas como projetos estratégicos no Plano de Gestão do Biênio 2011-2012, são elas: Conciliação com a Justiça e a Implementação do Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários.

No ano de 2012 foram destinados para o **Programa Acesso ao Sistema de Justiça**, recursos orçamentários no valor de R\$ 840,35 mil, dos quais R\$ 23,34 mil foram efetivamente aplicados, correspondente a 2,8% do montante inicialmente previsto. Importante ressaltar que, os recursos deste Programa foram, na íntegra, viabilizados por meio da fonte do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ).

Programa: **EFICIÊNCIA OPERACIONAL**

Órgão Responsável: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Órgão(s) Executor(es): JME, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Objetivo: Buscar a excelência na prestação jurisdicional e na gestão de custos operacionais, com responsabilidade socioambiental.

Principais Resultados do Programa

1. Instaladas 03 Varas Judiciárias, com cobertura aos municípios de Paragominas, Benevides e Tailândia;
2. O Sistema de Gestão de Processos Judiciais (Libra) foi implantado em todas as 108 Comarcas paraenses, de 1ª e 2ª Entrância;
3. Garantida a prestação dos serviços jurisdicionais a 437.854 pessoas no Estado do Pará.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000.00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Expansão da Infraestrutura Judiciária	38.926,25	18.107,97	46,52	Comarca/Vara Instalada (Un)	24	3	12,5
<p>Análise: A ação Expansão da Infraestrutura Judiciária faz parte dos projetos prioritários do plano de gestão do biênio 2011-2012. Diante do planejamento predefinido de expansão Judiciária foram instaladas 3 Varas contemplando os municípios de Paragominas, Benevides e Tailândia, ampliando o atendimento das Comarcas e buscando maior eficiência e celeridade na prestação jurisdicional, bem como à gestão cartorária.</p> <p>(*) valor liquidado</p>							
Implantação de Juizado Especial Digital	53,94	3,66	6,78	Juizado Digital Implantado. (Un)	9	1	11,11
<p>Análise: A ação Implantação de Juizado Especial Digital faz parte do Plano de Gestão do biênio 2011-2012 e objetiva implantar o Sistema de Processo Judicial Digital (PROJUDI) em todos os Juizados Especiais, com vistas a reduzir os custos, dar agilidade nos processos e a solução de conflitos. Este sistema foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça que tem como finalidade controlar os processos judiciais digitais.</p> <p>Em 2012, cabe destacar a implantação do Sistema PROJUDI no Juizado Especial de Parauapebas.</p>							
Justiça ao Alcance de Todos	122.233,49	117.905,71	96,5	Pessoa Atendida (Un)	42.475	437.854	1.030
<p>Análise: Por meio da ação Justiça ao alcance de Todos foi garantida a prestação dos serviços jurisdicionais de 437.854 pessoas no Estado do Pará.</p>							

Padronização de Rotinas e Procedimentos Judiciais	362,47	0,11	0,03	Número de Varas com Procedimentos Implantados (Un)	115	240	109,70
<p>Análise: A ação Padronização de Rotinas e Procedimentos Judiciais faz parte dos projetos prioritários do plano de gestão do biênio 2011-2012.</p> <p>Em 2012, a referida ação teve sua execução realizada em 240 unidades administrativas, seja na Região Metropolitana de Belém e interior do Estado. Cabe, ainda, ressaltar que por meio do Projeto Servidor Eficiente, foram capacitados servidores nas unidades Judiciárias em relação aos Manuais de Rotinas.</p>							
Processo Administrativo Digital	554,40	165	29,76	Unidade Judicial com Processo Administrativo Digital Viabilizado (Un)	115	24	21
<p>Análise: A ação Processo Administrativo Digital compõe os projetos do Plano de Gestão do biênio 2011-2012 com vistas a automatizar a tramitação de documentos ou processos administrativos de forma totalmente digital com certificação digital, reduzindo, assim, a utilização de papel, de forma a promover a integração e celeridade na prestação dos serviços das unidades administrativas do Tribunal.</p> <p>Em 2012, o sistema SIGA-DOC foi normatizado e adaptado às especificidades do TJPA, de modo a possibilitar o registro, classificação, tramitação, armazenamento e recuperação de expedientes e processos administrativos de forma digital, sendo implantado em 24 unidades judiciais, incluindo a distribuição de equipamentos para usuários finais e a entrega de 190 Certificados Digitais.</p> <p>Por meio da Escola Superior da Magistratura foram capacitados 137 usuários em 07 turmas para a utilização do sistema. Além disso, foram iniciados os trabalhos de revisão e melhoria em modelos de documentos e no Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT).</p>							
Projeto Libra	6.659,84	6.164,78	92,57	Unidade Judiciária com Sistema Libra Implantado (Un)	115	90	78,30
<p>Análise: O Sistema de Gestão de Processos Judiciais (Libra) compõe os projetos prioritários do Plano de Gestão do biênio 2011-2012 e atende à meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de padronização dos serviços judiciais. O Libra é um sistema de gestão de processos judiciais do Poder Judiciário do Pará, desenvolvido integralmente pela Secretaria de Informática do TJE e contempla todos processos de 1º Grau e de Juizados Criminais.</p> <p>O Libra começou a ser implantado no Estado do Pará em 2008, em substituição do Sistema de Acompanhamento Processual (SAP-XXI), e permite aos usuários, mediante cadastramento, o acesso a tramitação de processos por meio digital, de modo a dar maior celeridade aos trâmites processuais, economizar papel, além de melhorar a segurança dos dados judiciais.</p> <p>O ano de 2012 foi marcado pela conclusão da implantação do Libra em 90 Comarcas, permitindo assim a integração de todas as 108 Comarcas do Estado do Pará ao Sistema Libra, o que representa avanço significativo em termos de segurança dos dados judiciais das Comarcas do interior e capital.</p> <p>Cabe destacar que em 2012 o sistema foi aperfeiçoado, com a inserção de ferramentas para processo criminal, Guia de Recolhimento On-Line, Alvará de Soltura On-Line e controle de prazos processuais, assim como a implantação do Processo Eletrônico na Vara de Execuções Penais. Ressalta-se, ainda o início da implantação dos Módulos de Infância e Juventude, Execuções Penais e de Guias de Penas e Medidas Alternativas.</p> <p>É importante destacar ainda o módulo do Libra Arrecadação, este responsável pela emissão de custas processuais, ou seja, módulo de arrecadação das receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ), também foi totalmente desenvolvido pela Secretaria de Informática do TJPA.</p>							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012.

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
140.673,41	140.673,41	168.894,84	142.347,23	84,28	----

Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 84,28% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor da dotação atualizada de R\$ 168 milhões e o montante final aplicado foi de R\$ 142 milhões.

Os resultados apresentados neste *Status* são de dados orçamentários e financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Taxa de Congestionamento do Poder Judiciário Estadual (TCJ)	Estatística do TJE	2010	62,49%	57,49%	52,49%	47,49%	42,49%	69,9%

Análise:

Este indicador mede a eficiência na prestação jurisdicional. Mede em termos proporcionais o volume de processos em julgamento. O indicador sinaliza a agilidade na prestação jurisdicional. Em 2012, foi registrado Taxa de Congestionamento do Poder Judiciário Estadual de 69,9%, o que revela um aumento de 21,6% em relação ao índice esperado para o mesmo período, o que significa que de cada 100 processos ajuizados somente 30,1 foram decididos até o fim do ano de 2012. Tal resultado demonstra a necessidade de maior celeridade na vazão do fluxo processual pelo TJE.

Análise Quanto à Concepção do Programa

A concepção do Programa se originou da necessidade de redução do tempo em que os processos tramitam no Poder Judiciário, da ausência de padronização dos procedimentos judiciais e das rotinas de trabalho nas diversas secretarias judiciárias, bem como pela ausência de infraestrutura adequada.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O Programa tem como objetivo buscar a excelência na prestação jurisdicional e na gestão de custos operacionais, com responsabilidade socioambiental. Constituído por 10 (dez) ações orçamentárias, 06 (seis) são consideradas como projetos estratégicos no Plano de Gestão do Biênio 2011-2012: Expansão da infraestrutura Judiciária, Implementação de Juizado Especial Digital, Implementação do Sistema de Gestão de Custos, Padronização de Rotinas e Procedimentos Judiciais, Processo Administrativo Digital e Projeto Libra.

Para implementação do Programa foram traçadas estratégias, tais como: implementar o sistema de modernização em governança em tecnologia de informação e comunicação (TIC) e estabelecer parcerias para desenvolvimento e utilização de sistemas de TI, concorrendo para o alcance do objetivo proposto pelo Programa.

No ano de 2012 foram destinados para o **Programa de Eficiência Operacional**, recursos orçamentários no valor de R\$ 168,9 milhões, dos quais R\$ 142,34 milhões foram efetivamente aplicados, correspondente a 84,28% do montante inicialmente previsto.

Programa: **INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Órgão Responsável: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Órgão Executor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Objetivo: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, bem como disponibilizar sistemas essenciais de TIC.

Principais Resultados do Programa

1. Em 2012 foram realizados 19.356 atendimentos pela Central de Serviços;
2. Foram realizadas intervenções em 34 unidades de segurança;
3. Entrega da segunda etapa da obra do novo Fórum de Ananindeua.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado	Executado	% Execução
Implantação da Central de Serviços	3.981,40	2.275,29	57,15	Central de Serviços Implantada	1	1	100
<p>Análise: A Central de Serviços foi concebida para atender de forma centralizada pela área de Tecnologia da Informação (TI) os usuários do Polo Central (Belém) e também dos 12 Polos Judiciários (Ananindeua, Vigia, Abaetetuba, Castanhal, Capanema, Paragominas, Marajó, Cametá, Marabá, Redenção, Altamira, Santarém). Em 2012 foram realizados 19.356 atendimentos, com uma média mensal de solução dentro do acordo de nível de serviço de 96%, o que significa uma atuação da Central de Serviços considerada satisfatória. Cabe ressaltar que de forma complementar, atualmente, encontra-se em fase de implantação a expansão dos Polos de suporte avançados nas Comarcas do interior, dando agilidade na resolução dos problemas e também na redução dos custos operacionais, propiciando maior eficiência.</p> <p>(*) valor liquidado</p>							
Atualização Tecnológica dos Sistemas de Processos Judiciais	4.709,45	1.305,81	27,73	Sistema Atualizado	11	27	145
<p>Análise: A ação tem como objetivo atualizar e implementar sistemas eletrônicos dos serviços jurisdicionais. Cabe ressaltar que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará no ano de 2012 gerenciou 16 sistemas de processo (Libra, Libra arrecadação, SIAJU, Custas Web, SIC, SDJ, SAP2G, SIJE, PROJUDI, SISPE, Sistemas de Precatórios, SAPTR, SCP, SCI, SAPCOR, Oracle BI, Sistema de votação para a promoção de magistrados) e 11 sistemas administrativos (Malote Digital, PROAD, SIGA-DOC, Diário de Justiça Eletrônico, Mentor RH, Emissão de Certidões, Gravação de Audiência, Emissões <i>On line</i> de Certidões, PERGAMUM, Sistema de votação para a promoção de magistrados, intranet, Pauta de Relatório), totalizando 27 sistemas atualizados continuamente, tendo superado a meta em 145%, comparando com a meta estimada.</p>							

Manutenção e Expansão da Rede de Comunicação entre Comarcas	7.636,06	4.524,18	59,25	Unidade Atendida	6	3	50
Análise: Todas as 108 Comarcas do Estado do Pará encontram-se interligadas em rede. Em 2012 foram atendidas 3 novas Varas contemplando os municípios de Paragominas, Benevides e Tailândia.							
Manutenção, Conservação e Restauração de Prédios do Poder Judiciário	44.946,55	14.755,70	32,83	Unidade Atendida	41	95	131,7
Análise: Em 2012, por meio da Ação Manutenção Conservação e Restauração de Prédios do Poder Judiciário foram efetivadas 95 intervenções em prédios públicos pertencentes do Poder Judiciário. Dessas obras, foram concluídas, em 2012, 6,32% e 23,16% iniciadas, em 2012, com previsão de conclusão em 2013. Ressalta-se, ainda que 70,53% são obras de manutenção nas unidades administrativas do TJE na Região Metropolitana de Belém e no Interior. Destaca-se a entrega: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Segunda etapa do novo Fórum de Ananindeua. A nova área tem quatro pavimentos (3.837,57 m² de área construída), com capacidade para abrigar 11 (onze) Varas Cíveis da Comarca. ✓ Novas instalações do Termo Judiciário de Inhangapi. O prédio passou por amplas reformas e conta agora com espaços mais modernos e funcionais, de acordo com as atuais normas e leis de segurança e acessibilidade, priorizando o atendimento aos jurisdicionados. O Termo Judiciário de Inhangapi está sob a jurisdição da Comarca de Castanhal, que sedia a 4ª Região Judiciária do Judiciário paraense. 							
Programa de Segurança	6.196,40	4.028,17	65,01	Unidade de Segurança Implantada	21	34	62
Análise: Por meio da ação “Programa de Segurança”, que objetiva implantar e manter instrumentos de segurança nas unidades do Poder Judiciário, foram realizadas intervenções em 34 unidades de segurança, o que corresponde a uma superação de 62% em relação ao previsto. Ressalta-se 34 obras executadas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ 4 pequenas reformas, até R\$150.000,00; ✓ 16 reformas com adaptação, até R\$1.500.000,00; ✓ 2 ampliações da infraestrutura física, até R\$ 1.500.000,00; ✓ 10 reformas com adaptações e novas construções, acima de R\$ 1.500.000,00; ✓ 2 ampliações da infraestrutura física, acima R\$ 1.500.000,00. <p>Além disso, em 2012 foram realizadas ações voltadas à segurança, conforme a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Instalação de mais 4 postos de Vigilância Armada - Postos De 24h ou 12h; ✓ Execução de muro nos Fóruns de Santa Luzia e Medicilândia; ✓ Instalação de concertina nos Fóruns de Santa Luzia, Medicilândia e São Francisco do Pará; ✓ Instalação de sistemas de CFTV (Circuito Fechado de TV e Vídeo) no prédio Desembargador Paulo Frota, Fóruns de Icoaraci e Marabá; ✓ Instalação de 21 Unidades de PGDM (Porta Giratória Detectora de Metais); e ✓ Recolhimentos de armas em Comarcas do interior, totalizando 2.555. 							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
59.886,22	59.886,22	81.329,45	37.483,87	46,09	----

Análise:

O Programa apresentou como resultado um percentual de 46,09% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor da dotação atualizada de R\$ 81 milhões e o montante final aplicado foi de R\$ 37 milhões.

Os resultados apresentados neste Status são de dados orçamentários financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Coefficiente de Edificação e/ou Reformas Executadas por Imóvel do Poder Judiciário	Estatística do TJE	2009	9%	9%	9%	9%	9%	44%

Análise: No que diz respeito ao Coeficiente de edificação e /ou reformas executadas por imóvel, observa-se um índice apurado de 44%, bem superior ao índice esperado no mesmo período, o que revela um aumento substancial de intervenções físicas em prédios do Poder Judiciário.

Índice de Disponibilidade de Infraestrutura de Equipamentos de Tecnologia	Estatística do TJE	ND	ND	96%	97%	98%	99%	97%
--	--------------------	----	----	-----	-----	-----	-----	-----

Análise: O indicador de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia foi 97%, superando as metas de 96%, o que revela o esforço de ações nessa área de Tecnologia da Informação.

Índice de Disponibilidade de Sistemas On-Line	Estatística do TJE	ND	ND	92%	94%	96%	97%	97%
--	--------------------	----	----	-----	-----	-----	-----	-----

Análise: O indicador de disponibilidade de sistemas *on line* superou o índice esperado. O resultado de 2012 para os foi 97%, superando as metas de 92%, o que demonstra que as ações referentes à Justiça estão sendo realizadas tempestivamente, obedecendo, dessa forma a Lei da Transparência.

Análise Quanto à Concepção do Programa

Instalações inadequadas às atividades judiciais; falta de segurança dos prédios e dos itens de segurança patrimonial; necessária padronização das edificações do Poder Judiciário; abordagem reativa para solução de problemas relacionados à área de conhecimento tecnológico e economicidade no suporte aos serviços de TIC, motivaram a criação do Programa, trazendo como justificativa que otimizar a prestação jurisdicional e aumentar sua capilaridade são indispensáveis à renovação e a articulação dos recursos de tecnologia de informação, pontuando a necessidade de modernização, desenvolvimento de novas funcionalidades e ampliação do uso de sistemas em curso, adequação e manutenção da infraestrutura física.

Análise Quanto à Implementação do Programa

Para a implementação do Programa foram traçadas as estratégias de integrar os fluxos de trabalho, por meio da disponibilização de sistemas, programas e equipamentos de informática, contribuindo para o alcance do objetivo proposto de garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, bem como disponibilizar Sistemas essenciais de Tecnologia da Informação (TIC).

O Programa está constituído de 8 (oito) ações orçamentárias, dentre as quais duas são consideradas como projetos estratégicos do Plano de Gestão do Biênio 2011-2012: Programa de Segurança e Implantação de Central de Serviços.

No ano de 2012 foram destinados para o Programa Infraestrutura e Tecnologia da Informação, recursos orçamentários no valor de R\$ 81 milhões, dos quais R\$ 37 milhões foram efetivamente aplicados, correspondente a 46,09% do montante inicialmente previsto.

Programa: ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Órgão Responsável: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Órgão Executor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Instituições e setores de diferentes níveis, bem como disseminar valores éticos e morais.

Público Alvo: População do Estado do Pará.

Principais Resultados do Programa

1. Acordo de Cooperação Técnica entre TJPA, SEGUP e SUSIPE, que objetiva a implantação do sistema de envio eletrônico de alvarás de soltura diretamente às unidades carcerárias.
2. Realização do II Encontro de Execução Penal do Estado que objetiva promover a articulação entre instituições governamentais e não governamentais do Estado do Pará.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000.00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade	419,62	131,01	31,2	Notícia Difundida/un	1.498	716	48

Análise: Divulgar as ações do Poder Judiciário com vistas a garantir a democratização das informações é o cerne do objetivo da ação, a qual registrou, em 2012, 716 notícias veiculadas pelo portal do TJPA, em "Notícias do Poder Judiciário". O site também disponibiliza informações no "Acontece no Tribunal" e no "Clipping on line". Outro aspecto a destacar é a disponibilização eletrônica do "Informativo TJPA".

(*) valor liquidado

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012.

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
1.613,46	1.613,46	1.247,38	133,48	10,7	-

Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 10,7% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor inicial de R\$ 1,61 milhões e o montante final aplicado foi de R\$ 133 mil.

Os resultados apresentados neste Status são de dados orçamentários financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Incremento de Inserções Institucionais na Mídia	TJE	ND	ND	2%	2%	3%	3%	1,2%

Análise:

O indicador Incremento de inserções institucionais na mídia, que calcula a variação percentual entre a quantidade de inserções na mídia no ano em relação ao ano anterior, apresentou resultado de 1,2% inferior ao índice esperado de 2%.

Análise Quanto à Concepção do Programa

A falta de integração das iniciativas e ações de políticas públicas dos poderes executivo e legislativo e das instituições que integram o sistema de justiça motivou a criação do Programa Atuação Institucional.

Identificada pela ausência de prática no encaminhamento ordenado das ações e na troca de informações, justifica-se a implantação do programa para contribuir no alcance das missões dos poderes (executivo e legislativo) e das instituições do sistema de Justiça.

Análise Quanto à Implementação do Programa

Para a implementação do Programa foram formatadas quatro ações, das quais se destaca a de “Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade”. O estabelecimento de parcerias com os órgãos da justiça, o aprimoramento e a padronização dos serviços prestados e a acessibilidade das informações processuais via *on line*, por meio do portal do TJPA, foram estratégias estabelecidas que concorreram para o alcance do objetivo proposto pelo Programa, “Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Instituições e setores de diferentes níveis, bem como disseminar valores éticos e morais”.

Dentre as atividades desenvolvidas, que concorreram para o desempenho do Programa, destacam-se:

- ✓ O convênio firmado entre o TJPA e Defensoria Pública. Destinado ao acompanhamento de processos judiciais, o instrumento permite aos defensores acesso a documentos e tramitação das causas em que atuam como representantes de partes defendidas pela advocacia gratuita.
- ✓ A Reunião com o comando do 51º Batalhão de Infantaria de Selva, por Juízes de Altamira, com o objetivo de promover integração entre o Poder Judiciário e o Exército Brasileiro, principalmente, em razão da grande visibilidade que a região adquiriu em função da construção da Usina de Belo Monte.
- ✓ O Acordo de Cooperação Técnica entre TJPA, SEGUP e SUSIPE, que objetiva a implantação do sistema de envio eletrônico de alvarás de soltura diretamente às unidades carcerárias. O instrumento cooperativo assinala uma nova etapa nos procedimentos do Judiciário no âmbito penal, promovendo significativa agilização no cumprimento de decisões no trânsito entre os juízes e a administração penitenciária, em benefício da pronta execução.
- ✓ A realização do II Encontro de Execução Penal do Estado. Centrado na integração social de apenados, o evento objetiva promover a articulação entre instituições governamentais e não governamentais do Estado do Pará, a fim de criar uma rede de atendimento e prestação de serviços que favoreçam a promoção da cidadania e a reintegração social de presos, egressos, internados por medida de segurança e cumpridores de penas e medidas alternativas. Participaram do encontro, técnicos da execução penal, promotores de justiça que atuam na área, defensores públicos, integrantes de comissões do Sistema Penal e de Direitos Humanos da OAB/PA, Conselho da Comunidade, SUSIPE, Fábrica Esperança, secretarias estaduais de saúde, educação, assistência e trabalho, secretarias municipais além de instituições como a pastoral carcerária.

Em termos orçamentários, em 2012 foram destinados ao Programa **Atuação Institucional** recursos na ordem de R\$ 1,25 milhão, com efetiva execução de R\$ 133,5 mil, correspondente a 10,7% de sua dotação atualizada, aplicados nas ações de comunicação e publicidade.

Programa: GESTÃO DE PESSOAS

Órgão Responsável: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Órgão Executor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Objetivo: Desenvolver conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores com valorização e comprometimento garantindo a eficiência na gestão de recursos humanos.

Público Alvo: Magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Principais Resultados do Programa

1. Comarca de Castanhal é a primeira unidade do TJPA a contar com 100% do quadro funcional próprio em todas as atividades desenvolvidas.
2. 557 servidores de 56 Comarcas do Pará foram capacitados por meio do Projeto Servidor Eficiente.
3. Escola Superior da Magistratura do TJPA iniciou, em 2012, Curso Lato Sensu de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário, voltados a magistrados e operadores do direito, atendendo 48 pessoas.
4. Parceria entre o Tribunal de Justiça do Pará, Ministério Público, Defensoria Pública e Universidade Federal do Pará, possibilita a realização do I Curso de Especialização *Lato Sensu* em Direito da Criança e Adolescente, atendendo 60 pessoas.
5. 413 servidores nomeados por meio de concurso público.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Capacitação de Magistrados e Servidores em Competências Estratégicas	4.143,44	1.340,82	32	Pessoa Capacitada (Un)	1.671	1.730	103,53

Análise: A ação tem por objetivo capacitar magistrados e servidores dentro do novo padrão de modernização implantado no Poder Judiciário. Para tanto, em 2012, desenvolveu atividades de cunho lato sensu, aperfeiçoamento, cursos de pequena duração, oficinas e palestras que concorreram para o alcance do objetivo proposto. Foram capacitadas 1.730 pessoas, superando, assim, a meta estimada.

(*) valor liquidado

Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde	11.597,88	8.128,02	70,08	N.º de usuários do Plano de Saúde (Un)	7.434	8.423	113,3
Análise: A ação tem por objetivo garantir a vinculação dos membros e dos servidores do Tribunal aos planos de assistência à saúde. Em 2012, foram beneficiados 8.423 usuários, superando a meta em 113,3%, comparando com a meta estimada.							
Manutenção dos serviços de Assistência à saúde dos usuários do Poder Judiciário	417,75	140,38	33,60	Usuário Atendido (Un)	720	8.737	1.213
Análise: A ação tem por objetivo agilizar as perícias médicas e prestar assistência ambulatorial e odontológica aos membros e servidores do Poder Judiciário. Em 2012, foram beneficiados 8.737 usuários, superando a meta estimada.							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012.

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
13.121,71	13.121,71	17.581,95	10.485,74	60	-

Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 60% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor da dotação atualizada de R\$ 17,6 milhões e o montante final aplicado foi de R\$ 10,5 milhões.

Os resultados apresentados neste Status são de dados orçamentários financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise Quanto à Concepção do Programa

Diagnósticos realizados nos diversos polos administrativos do Poder Judiciário identificaram a necessidade de capacitação de magistrados e servidores, do estabelecimento de estrutura funcional padrão, além do aperfeiçoamento das rotinas (fluxos) de trabalho que garantam o acesso à informação com tempestividade, estudo que motivou a criação do Programa e, assim, promover o aprimoramento das competências, agregando valores éticos e institucionais voltados para o atendimento das demandas dos jurisdicionados, contribuindo para a eficiência aos procedimentos e acessibilidade de informações.

Análise Quanto à Implementação do Programa

Para a implementação do Programa foram formatadas sete ações, das quais se destaca a de Capacitação de Magistrados e Servidores em Competências Estratégicas que impacta sobremaneira no alcance do objetivo proposto, “Desenvolver conhecimentos e habilidades de magistrados e servidores com valorização e comprometimento garantindo a eficiência na gestão de recursos humanos”. Para tanto, estratégias como aperfeiçoar e capacitar continuamente magistrados e servidores em conhecimentos jurídicos interdisciplinares, processos eletrônicos e sistemas de TI; capacitar em gestão por competência de modo a incentivar o melhor aproveitamento das habilidades; priorizar e fomentar o uso dos instrumentos de educação a distância; e, incentivar o processo digital e a mudança cultural, foram concebidas e colocadas em prática para concorrer com a excelência da execução do programa.

Outro aspecto a se considerar é a constituição dos quadros de pessoal nas Comarcas do interior, exclusivamente com servidores efetivos no provimento de vagas existentes e na adequação funcional ao aumento das demandas e abrangência da prestação jurisdicional nas diferentes regiões do Estado. Preocupação que se materializou no Planejamento Estratégico 2010-2014, por meio do Projeto de “Alocação de Recursos Humanos” e efetivado mediante a realização dos concursos públicos para provimento dos cargos disponíveis no âmbito do TJPA. Efetivamente, em 2012, a Comarca de Castanhal destacou-se por ser a primeira unidade do TJPA a contar com 100% do quadro funcional próprio em todas as atividades desenvolvidas. O processo em Castanhal é significativo, por se tratar de uma grande Comarca do Interior do Estado, dotada de seis Varas, com as respectivas secretarias, acrescidas dos setores administrativos.

Ressalta-se que, em 2012, o TJPA, através da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, executou 55% do Projeto Servidor Eficiente, capacitando 557 servidores em 56 Comarcas do Pará, com expressivas atividades que integram o Programa de Padronização de Procedimentos Judiciais do TJPA, estando em consonância com as metas prioritárias relacionadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e previstas no Planejamento Estratégico 2010/2014 do TJPA. Lançado em agosto de 2012, o projeto visa ainda oferecer ao servidor o conhecimento e a experiência prática para o bom desenvolvimento da atividade judiciária, estabelecendo o padrão mínimo de atuação em todas as Unidades Judiciárias que compõem o TJPA.

Dentre as diversas atividades voltadas à capacitação de magistrados e servidores, com vistas a se alcançar uma prestação jurisdicional a contento da sociedade, destaca-se:

- ✓ Curso *Lato Sensu* de Especialização em Direito Agroambiental e Minerário envolvendo aspectos peculiares a questões ambientais e minerárias submetidas a decisões de magistrados. Realizado em convênio com a Universidade Federal do Pará - UFPA, Vale S/A e Associação dos Magistrados do Pará

– AMEPA, a iniciativa visa proporcionar aos magistrados e operadores do direito o aprofundamento sobre matéria que passou a frequentar as demandas judiciais e a consequente atuação dos protagonistas das causas que suscitam.

- ✓ Curso *Lato Sensu* de Especialização em Gestão Judiciária, voltado a diretores de secretaria (1º e 2º grau) da capital com o objetivo de dotar os participantes de ferramentas capazes de entender aspectos essenciais de gestão e planejamento, bem como na adoção de procedimentos padronizados a fim de tornar a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.
- ✓ I Curso *Lato Sensu* de Especialização em Direito da Criança e Adolescente, por meio de Convênio firmado entre o Tribunal de Justiça do Pará, através da Escola Superior da Magistratura (ESM-PA), com o Ministério Público, Defensoria Pública e Universidade Federal do Pará. O curso visa a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de magistrados e membros do Ministério Público e Defensoria Pública que atuam na área.
- ✓ I Oficina de Prática Processual, com a participação de 30 pessoas, entre servidores, estagiários e voluntários, com o objetivo de fomentar e discutir o Manual de Rotinas Criminais e Execução Penal, conforme orientação do CNJ. A Oficina promoveu palestras de “Processo de Conhecimento”, “Inquérito Policial”, “Lei Maria da Penha e seus aspectos relevantes” e “Tribunal do Júri”. Outro aspecto da oficina foi a busca pelo fortalecimento das relações interpessoais proporcionado pelas atividades, com maior integração dos magistrados e servidores nas funções que exercem como facilitadores da Justiça.
- ✓ Curso “Iniciação em Justiça Restaurativa”, realizado no município de Altamira, com o objetivo de disseminar os conceitos, princípios e experiências sobre o assunto para a rede de atendimento à criança, ao adolescente e à família. A ação faz parte da primeira etapa do projeto de “Disseminação de Práticas em Justiça Restaurativa” da Comarca que, além do curso, prevê a formação de um Grupo de Estudos sobre o assunto e a criação da Central e Núcleo de Práticas de Justiça Restaurativa. O curso, além de seu alto valor a área, também se destaca por seus participantes, representantes: do Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Ministério Público, Polícia Militar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ECOM (órgão de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes), Juizado Especial Criminal, Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher, SEDUC (10ª URE) e UFPA, além de organizações da sociedade Civil como o “SOS Vida”, Prelazia do Xingu e Fundação Tocaia.
- ✓ Foram nomeados por meio de concurso público 413 novos servidores.

Em termos orçamentários, em 2012 foram destinados para o **Programa Gestão de Pessoas**, recursos na ordem de R\$ 17,6 milhões, sendo efetivamente aplicados R\$ 10,5 milhões, correspondente a 60% de sua dotação atualizada, aplicados na capacitação de magistrados e servidores e nos serviços de assistência à saúde dos usuários do Poder Judiciário.

Programa: RESPONSABILIDADE SOCIAL

Órgão Responsável: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Órgão(s) Executor(es): TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Objetivo: Promover a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão.

Público Alvo: População do Estado do Pará.

Principais Resultados do Programa

1. Projeto Pai Presente desenvolvido pela Casa de Justiça e Cidadania realizou 832 atendimentos para reconhecimento de paternidade.
2. Projeto "Conquistando a Liberdade" contemplou cerca de 1.000 internos do sistema carcerário com prestação de serviços comunitários em 100 escolas da rede pública estadual, em 9 Comarcas do estado.
3. Projeto Conhecer para Construir é implantado na Comarca de Marapanim, com objetivo de promover a cultura da paz nas escolas municipais.
4. 28 internos das Varas de Execuções Penais de Paragominas e Marabá foram certificados em cursos de pedreiro e electricista, numa parceria com a UEPA, SETER, SENAI, Prefeituras e Vale do Rio Doce.
5. Realização da 4ª Semana do Meio Ambiente do TJPA com atividades que objetivaram o despertar da consciência ecológica e o consumo sustentável, contando com o apoio do Museu Goeldi, DEMA, BPA, UFRA, Sistema FAEPA/SENAR, EMBRAPA, SECON-PMB, SEMMA-PMB e SEMA.
6. TJPA, por meio da Casa de Justiça e Cidadania (CJC), em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), SESC e Secretaria de Segurança Pública (SEGUP-PA), promoveu ações voltadas à comunidade, com prestação de vários serviços gratuitos. Entre eles, a realização de exames de DNA para reconhecimento paterno e emissão de documentos.
7. Os municípios de Abaetetuba, Castanhal e Belém, aprovam lei municipal de incentivo e reconhecimento às empresas privadas que destinam postos de trabalho aos egressos do Sistema Penal.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot. Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Justiça e Cidadania	123,15	4,1	3,3	Pessoa atendida	13.902	8.631	62

Análise:

A ação Justiça e Cidadania é um dos projetos do plano de gestão bienal 2011-2012 e constitui-se numa prática efetiva de responsabilidade socioambiental, com vistas à promoção do acesso à justiça por meio do conhecimento dos direitos básicos de cada cidadão.

O registro de atendimento foi realizado pela Casa de justiça e Cidadania, a qual desenvolve suas ações em parceria com diversos órgãos e entidades do estado. Especificamente, no que tange ao TJPA, foram realizados 1.013 atendimentos entre reconhecimento de paternidade, cadastro e coleta de DNA.

O projeto tem por escopo ações de cidadania. Em 2012 foram desenvolvidas ações que contribuiram para o alcance do objetivo proposto de viabilizar o acesso aos direitos e esclarecimento dos direitos e deveres do cidadão, tais como:

- o Palestras em escolas, incentivando a cooperação e a prática de ações sociais e o despertar

da responsabilidade socioambiental.

- Campanhas e ações sociais, numa parceria Escola e Justiça, que resultam no reconhecimento voluntário de paternidade e a regularização da cidadania de crianças e adolescentes.
- Ações de conscientização do cidadão e Operadores de Direito com relação a Leis específicas como: Maria da Penha de enfrentamento da violência doméstica e a impunidade e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- Parcerias efetivadas que incluíram também ações de orientação na área de saúde, realização de exames básicos, cadastramento para percepção de benefícios sociais, como bolsa família, expedição de documentos, casamentos comunitários.
- Ações com vistas a estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso consciente dos recursos naturais e dos bens públicos, contribuindo para reduzir os impactos ambientais causados pela entrega da prestação jurisdicional.

Projeto Aguapé

428,74

184,27

42,98

Pessoa Atendida

200

623

312

Análise:

A ação Projeto Aguapé tem por objetivo promover a reinclusão social dos apenados da justiça e egressos do sistema penal, em 2012 teve sua execução concretizada por meio de ações de qualificação profissional, captação de vagas no mercado, encaminhamento para o mercado de trabalho e regularização de documentação dos presos em regime aberto, semiaberto, de penas alternativas e egressos do Sistema Penal, com cobertura tanto na Região Metropolitana de Belém como nas demais Comarcas do interior do estado.

A ação contempla tanto os cumpridores de penas, quantos os seus familiares, o que redundará em benefício para a comunidade, haja vista o foco de trabalhar na prevenção e no combate a redução dos índices de criminalidade e de reincidência.

Destacam-se as seguintes atividades:

- Lançamento do CD do Coral do Centro de Referência Feminino (CRF).
- Realização de 35 mutirões carcerários nas Comarcas do Estado, com 4.603 benefícios concedidos.
- Estabelecimento de mais quatro Convênios com empresas e instituições para oferta de vagas a presos e egressos do sistema penal e cumpridores de penas e medidas alternativas, totalizando 12 empresas conveniadas.
- Realização 4ª LIBERT ART, com exposição de 31 telas produzidas por reclusos do sistema penitenciário, a partir do tema Círio, a Festa do Povo, em parceria entre o TJPA e a Pastoral Carcerária.

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
1.200,13	1.200,13	744,47	188,38	25,3%	-

Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 25,3% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor da dotação atualizada de R\$ 744 mil e o montante final aplicado foi de R\$ 188 mil.

Os resultados apresentados neste *status* são de dados orçamentários financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Número de Pessoas beneficiada pelos projetos sociais	TJE	2009	2.238 pessoas	2.591 pessoas	2.721 pessoas	2.858 pessoas	3.000 pessoas	9.254 pessoas

Análise: O índice apurado em 2012 superou em mais de 300% o índice previsto, demonstrando a efetiva parceria firmada do TJPA com outros órgãos e entidades.

Análise Quanto à Concepção do Programa

A necessidade de ampliar a prestação de serviços judiciais, a fim de promover a cidadania com foco na responsabilidade social, motivou a criação do Programa na busca de suprir a ausência de ações voltadas para o fortalecimento da disseminação e da prática dos direitos e deveres do cidadão de forma educativa, bem como possibilitar aos apenados e egressos do sistema penal sua reintegração ao convívio social.

A responsabilidade social gera a necessidade de voltar o olhar para os cumpridores de penas e medidas alternativas, bem como apenados e egressos do sistema penitenciário, após o cumprimento do que lhe foi imputado, uma vez que quase a totalidade deste público alvo não dispõe de ações que garantam ou possibilitem sua reintegração socio familiar e profissional, o que concorre para sua reincidência.

As ações do programa estão embasadas e têm o foco na responsabilidade socioambiental.

Análise Quanto à Implementação do Programa

O Programa tem como objetivo promover a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos e deveres do cidadão, celebrando parcerias e convênios com entidades públicas e privadas, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para viabilizar projetos de responsabilidade social, entre elas SUSIPE, Polícia Militar do Estado, SEJUDH, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Prefeituras e organizações não governamentais.

O Programa é constituído por 03 (três) ações, e teve sua execução efetiva por meio do Projeto Aguapé e Justiça e Cidadania, que contribuíram para o alcance do objetivo proposto.

No ano de 2012 foram destinados ao Programa Responsabilidade Social recursos orçamentários no valor de R\$ 744,47 mil, dos quais R\$ 188,38 mil foram efetivamente aplicados, correspondente a 25,3% do montante inicialmente previsto. Importante ressaltar que, os recursos deste Programa foram, em grande parte, viabilizados por meio da fonte do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ).

Programa: GERENCIAMENTO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DO FRJ
 Responsável: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 Órgão Executor: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 Objetivo: Maior eficiência na arrecadação e no controle das receitas do Fundo de Reparcelamento do Judiciário (FRJ)
 Público Alvo: População do Estado do Pará.

Principais Resultados do Programa

1. Instalado em 80 (oitenta) Comarcas o Módulo de arrecadação do LIBRA;
2. Arrecadação extrajudicial foi instalado o Sistema Integrado de Custas (SIC) em 32 cartórios extrajudicial;
3. Arrecadação do FRJ de R\$ 59 milhões, em 2012.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Principais Ações

Ação	Financeiro (Em R\$ 1.000,00)			Físico			
	Dot.Atualizada OGE 2012	Executado (*)	% Execução	Produto/Unidade de Medida	Programado *	Executado	% Execução
Implementação do Módulo de Gestão da Arrecadação Judicial	127,4	34,6	27,2	Módulo Implementado	4	80	2.000
<p>Análise: O Módulo gestão de arrecadação, além de objetivar o controle eletrônico das custas judiciais, também serve para descentralizar para as Sedes da região judiciária algumas atividades relacionadas a arrecadação, a fim de que estas possam dar suporte as Comarcas integrantes da região. Em 2012 foram instalados em 80(oitenta) comarcas o Módulo de arrecadação do LIBRA o que permitiu a informatização do processo de arrecadação em todas as Comarcas, o que proporcionará a gestão dos dados de arrecadação relacionados ao processo. A gestão da arrecadação em todas as Comarcas do Estado depende ainda da disponibilização de relatórios gerenciais pela informática como: quantidade de processos distribuídos por Comarca/Vara; quantidade de processos com pedidos de assistência entre outros.</p> <p>(*) valor liquidado</p>							
Implementação dos Sistemas de Arrecadação Judicial e Extrajudicial	833,3	458,9	55,1	Unidade com Sistema Implementado	47	112	238,3
<p>Análise: Essa ação alcançou 238,3% em unidades com Sistema implementado. Este Sistema permite gerenciar de forma eletrônica as receitas do Fundo de Reparcelamento do Judiciário (FRJ). Em 80 Comarcas foi instalado o módulo de arrecadação do Sistema LIBRA, isto para a arrecadação judicial. Quanto à arrecadação extrajudicial foi instalado o Sistema Integrado de Custas (SIC) em 32 cartórios extrajudicial.</p>							

Implementação do Sistema de Controle dos Depósitos Judiciais	282	161	57,1	Sistema Implementado	1	1	100
<p>Análise: Essa ação executou 57,1%, dos recursos disponíveis. A finalidade foi de migrar o Sistema de Depósitos Judiciais do BANPARÁ para um sistema próprio do Tribunal de Justiça tendo todas as fases informatizadas nos procedimentos. A execução foi de 100% no alcance da meta.</p>							

(*) Quando não coincidente com a meta prevista no PPA no ano de 2012, considera-se a meta física programada no Orçamento Geral do Estado (OGE)– 2012

Análise do Status do Programa

R\$ 1.000,00

PPA 2012	Dot. Inicial OGE 2012	Dot. Atualizada OGE 2012	Realizado 2012	% Execução *	Status do Programa
844,4	844,4	1.242,8	655,0	52,71	-

Análise: O Programa apresentou como resultado um percentual de 52,71% de execução para as ações que corroboram para a efetivação do Programa. Observa-se que o valor inicial de R\$ 844 mil houve suplementação de R\$ 1.242,8 mil com o valor efetivamente aplicado de apenas R\$ 655 mil.

Os resultados apresentados neste Status são de dados orçamentários/financeiros, pois os dados físicos não constam do sistema GP-PARÁ.

(*) Percentual do Realizado 2012/Dotação Atualizada OGE 2012

Análise dos Indicadores

Indicador	Responsável pela Apuração	Índice de Referência		Índice Esperado				Índice Apurado
		Data Apuração	Índice	2012	2013	2014	2015	2012
Arrecadação do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	Estatística do TJE	ND	ND	44 milhões	46 milhões	48 milhões	50 milhões	59 milhões

Análise: A meta registrou 34% de aumento entre o que foi programado e o que foi executado no ano. A arrecadação ficou em R\$ 59 milhões.

Análise Quanto à Concepção do Programa

A estratégia de concepção do Programa se originou da necessidade de melhor gerenciamento e controle da arrecadação de receitas do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ), isto possibilitará fortalecimento da gestão e governança com transparência. O Programa foi concebido com 03 (três) ações: Implementação do Módulo de Gestão de Arrecadação Judicial; Implementação do sistema de Controle dos Depósitos Judiciais e Implementação dos Sistemas de Arrecadação Judicial e Extrajudicial, que corroboram com o objetivo do Programa para maior eficiência na arrecadação e no controle das receitas do FRJ.

Análise Quanto à Implementação do Programa

A Estratégia de implementação surgiu da necessidade de adequar o sistema de arrecadação judicial e extrajudicial para um sistema desenvolvido via *WEB* e este ser instalado nas Comarcas do Estado. Outra estratégia para alcance do objetivo do Programa é de capacitar operadores dos sistemas de arrecadação.

Importante ressaltar que, os recursos deste Programa foram, na íntegra, viabilizados por meio da fonte do Fundo de Reparelhamento do Judiciário (FRJ).